



## **GRUPO PARLAMENTAR**

### **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES**

---

#### **REQUERIMENTO AO GOVERNO REGIONAL**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Considerando que:

As reformas antecipadas para a agricultura, em primeiro lugar proporcionam um melhor rendimento aos agricultores idosos que decidam cessar as suas actividades agrícolas, favorecem a substituição desses agricultores por jovens agricultores com melhoria da viabilidade económica das suas explorações e também em segundo lugar, potencializam a modernização das explorações agrícolas, acentuando ainda mais a sua viabilidade, tudo isto indispensável para rentabilizar um dos sectores, senão o sector mais importante da Economia Regional.

Muitos lavradores que participaram na 1<sup>as</sup> Jornadas Parlamentares do PCP alertaram-nos para o facto do Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, em reuniões havidas com as suas Associações, ter deixado antever que os agricultores não deveriam contar muito com as reformas antecipadas no futuro.

Tendo nós tido conhecimento que no dia 23 de Janeiro de 2000, o Comité STAR, que reúne a Comissão Europeia com representantes dos Estados membros, aprovou os planos de desenvolvimento rural para Portugal, com a redistribuição dos montantes pelo Continente, cerca de 8% virão para os Açores e os restantes 2% irão para a Madeira.

Nos Açores, e falando de valores orçamentados, o total de Despesa Publica com as reformas antecipadas, para o ano 2001, será de um milhão, trezentos e noventa e seis mil contos, dos quais um milhão, cento e oitenta e seis mil contos, são de participação comunitária. Só que um milhão, duzentos e noventa e seis mil contos, são para fazer face a compromissos do passado.

Restam apenas cem mil contos, dos quais oitenta e cinco mil são de contribuição comunitária. O peso do passado, em termos percentuais, é de 93%.

Este é o facto mais preocupante, para o PCP: na Região Autónoma dos Açores, os valores orçamentados em 2001 para a reforma antecipada, são quase na totalidade consumidos com o peso dos compromissos do passado ( Outubro de 1999). Isto quer dizer que a margem de manobra para novos contratos é muito diminuta, representando em 2001 cerca de 7% do total orçamentados, ou seja, cerca de cem mil contos.

Ao abrigo das disposições aplicáveis, solicita-se que o Governo Regional, com urgência nos informe:

- 1º - Se o Governo Regional irá tomar medidas no sentido de serem alteradas a distribuição das verbas relativas ao Desenvolvimento Rural, reforçando as destinadas a “reforma antecipada” de modo que possam ser urgentemente despachados os processos, já entregues e ainda não aprovados e, se voltem a abrir as candidaturas dos agricultores às reformas antecipadas.
- 2º - Se o Governo Regional irá reforçar a contribuição própria no sentido de prever a medida reforma antecipada com o orçamento necessário na parte Nacional.
- 3º - Para o corrente ano e para o próximo ano qual o número de candidaturas que o Governo Regional prevê possam ser apresentadas relativamente a “reformas antecipadas para a agricultura”, e quais as verbas que vão ser disponibilizadas no sentido de efectuar pagamentos a esses novos processos aprovados.

Com respeitosos cumprimentos.

Açores, 29 de Janeiro de 2001

**O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, José Decq Mota."**